

## MATEMÁTICAS NEGRAS BRASILEIRAS: CONTEXTO E HISTÓRIA

Francisca Kelly Duarte de Sousa<sup>1</sup>  
Francisco José de Andrade<sup>2</sup>

### RESUMO

Existe um número considerável de estudos sobre gênero e ciência no Brasil, porém, pesquisas que esclareçam a interseccionalidade de gênero, raça e ciência não são encontradas na mesma intensidade. O preconceito e racismo são experiências reais vividas pela população negra, e este texto terá sua atenção voltada às mulheres negras, em específicas matemáticas negras no Brasil, pois, mesmo com os avanços e a existência de políticas públicas para acesso de negros e negras na educação e para inserção e permanência junto ao mercado de trabalho, elas ainda continuam enfrentando barreiras simbólicas para conseguirem traçar trajetórias profissionais semelhantes às dos demais. Buscou-se informações em publicações científicas, do INEP, IBGE, Atlas da Violência e entrevistas com matemáticas autodeclaradas pretas que hoje são docentes do ensino superior, que mostram desafios encontrados por estas no seu cotidiano, como se deu a sua inserção na academia e as barreiras que tiveram que superar para que ocupassem seu lugar no mercado de trabalho, a fim de analisar a incidência de racismo institucional na trajetória profissional dessas. É preciso que continuem as pesquisas e reflexões sobre essa presença ou ausência de mulheres negras nas academias e espera-se que as informações contidas aqui contribuam com este debate, provendo recursos que possam ser aproveitados pelos movimentos sociais, pesquisadores e docentes, mas em particular, pelos administradores públicos na elaboração de estratégias que mudem o cenário atual e que sejam mais eficiente que as atuais, fazendo com que essa discussão chegue às salas de aulas e auxiliem na educação matemática.

**Palavras-chave:** Educação, Sexismo, Racismo, Matemáticas Negras Brasileiras.

### INTRODUÇÃO

Iniciamos com a apresentação de conceitos importantes que envolvem o sexismo e racismo. Para isso, buscaremos dialogar com (SCOTT, 1990) e (PINTO, 2007), para falar sobre gênero, (GOMES, 2003), para definição de raça, assim como outros teóricos (CALDWELL, 2000), (VIANNA, 2001), (NOGUEIRA, 2017) e (OSÓRIO, 2008) que irão auxiliar para o estudo da interseccionalidade desses.

O termo gênero “que foi criado pelo movimento feminista e empregado como categoria analítica no Brasil a partir da década de 1990”. (PINTO, 2007, p. 28) vem sendo usado como substituto de sexo, que socialmente está associado à distinção biológica de macho e fêmea. Para Scott (1990, p. 6) a palavra “gênero” “inclui as mulheres sem as nomear, e

---

<sup>1</sup> Graduanda em Matemática no Centro de Formação de Professores - Universidade Federal de Campina Grande - CFP/UFCG. [sousakelly73@gmail.com](mailto:sousakelly73@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Matemática, na área de concentração Geometria Diferencial, pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor do CFP/UFCG. [franciscojandrade@uol.com.br](mailto:franciscojandrade@uol.com.br)

parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980” e também uma “maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” (SCOTT, 1990, p. 7). Publicações recentes usam gênero para destacar que a diferença entre os sexos provém de construções sociais e não somente das questões biológicas. Como fala Joan Scott na sua abordagem sobre gênero,

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (33). Em certo sentido as feministas, sem dúvida, só fizeram isto durante anos. A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise. (SCOTT, 1990, p. 18).

Outro aspecto que precisa ser destacado, principalmente entre educadores, nesse estudo é o papel e a importância do sistema de ensino na formação cultural de uma sociedade. Gomes (2003, p. 84) fala que “o educativo é eminentemente cultural e que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas. Não lidamos somente com processos cognitivos. Assim, cada vez mais descobrimos que a cognição é construída na cultura”.

O estudo a seguir traz algumas informações e procura fomentar o debate a respeito da relação dos temas: gênero, raça e matemática. Além de uma discussão inicial sobre estes temas e da apresentação de dados estatísticos do Brasil é relatado a histórias de algumas mulheres negras brasileiras que fazem parte da matemática, fala-se do contexto social em que viveram e vivem, procurando dar destaque a suas conquistas, obstáculos enfrentados, suas lutas, principalmente aquelas geradas por questões de classe, gênero e/ou etnia.

O levantamento e a divulgação de informações sobre esse tema é por demais importantes, não só para levar a comunidade o conhecimento desses dados, mas para que se aprofunde o debate sobre as questões de gênero e raça em nossas academias e nos meios sociais e que isso gere ações concretas que venham minimizar ou extinguir esses preconceitos sociais. Foi feito um estudo sobre a presença de docentes negras em instituições de ensino superior e realizados entrevistas com duas delas, procurando conhecer suas trajetórias profissionais e pessoais e assim exemplificar o que se percebe na vida diária e nos estudos

teóricos. Contribuindo desta forma na visibilidade dessas discriminações que definem a posição e as possibilidades de engajamento social de alguns grupos, mas que é desconsiderado partindo da ideia tradicional que não existe racismo no Brasil e que o problema é apenas de classe e que as mulheres negras já conseguiram vencer todas as barreiras que lhe foram impostas. Logo, espera-se que este artigo auxilie na (des)construção de (pre)conceitos sociais e no desenvolvimento de uma educação matemática, na qual os alunos consigam entender que ciência, gênero e raça, não são territórios distintos.

## METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos para construção deste trabalho tiveram início com pesquisas bibliográficas, nas quais se buscou conhecer as publicações mais recentes que relacionam os temas: gênero, raça, docência no ensino superior e matemática, no Brasil. Alguns dados foram coletados em sites, como os do IBGE, INEP. Outros foram obtidos diretamente com as professoras entrevistadas e com dados coletados no currículo Lattes das mesmas. A obtenção das informações descritas neste texto, a respeito das professoras, deu-se através de questionário respondidos pelas mesmas, seguindo um roteiro previamente definido. Este questionário constou de 24 perguntas que versavam sobre: identidade, história de vida, trajetória profissional e dados socioeconômicos. As informações obtidas foram organizadas e analisadas, a fim de investigar a incidência de racismo institucional. Tratou-se, portanto de uma observação direta extensiva. Essas entrevistas seguiram as orientações de Alberti (2004), desde seu planejamento, a entrevista em si mesma, a organização dos dados obtidos, seu arquivamento e disponibilização a consultas. Essa pesquisa teve caráter quantitativo, pois segundo Prodavov e Freitas,

Essa forma de abordagem é empregada [...] principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos. (PRODAVOV e FREITAS, 2013, p. 70).

e qualitativa, já que segundo Prodavov e Freitas nesse tipo de pesquisa,

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODAVOV e FREITAS, 2013, p. 70).

Por se tratar de uma pesquisa histórica, também está presente o método histórico.

Prodavov e Freitas esclarecem que

No método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função, pois, conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 107), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Seu estudo, visando a uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Esse método é típico dos estudos qualitativos. (PRODAVOV e FREITAS, 2013, p. 35).

Por se tratar de uma averiguação de assegurar a identidade cultural de um grupo, também está presente o Método Etnográfico.

## DESENVOLVIMENTO

Ainda persiste na sociedade brasileira sexismo e racismo com relação às mulheres e a população negra, e ao se adentrar no assunto de grandes matemáticas brasileiras conseguimos ver com clareza a extensa quantidade de barreiras que são apresentadas as mulheres, especialmente as que se autodeclaram negras, ao tentarem conseguir cargos estabelecidos pela sociedade como predominantemente masculinos. Os assuntos gênero, raça e matemática deveriam estar em constante debate assim como seus indicadores. Nos últimos anos, em alguns eventos científicos, já se tem colocado em pauta a questão referente a gênero, porém tem ficado esquecido o tema: raça.

Na percepção de Caldwell,

... os estudos sobre gênero têm avançado significativamente nas últimas décadas na luta pela desconstrução das bases da dominação masculina que caracterizam a organização social e as estruturas mentais de grande parte das sociedades humanas, senão de todas. Entretanto, a ausência de discussões quanto à raça nos estudos sobre mulheres, principalmente no Brasil, que se caracteriza como um país plurirracial, e a falta de pesquisas integradas sobre gênero e raça significa que “as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (CALDWELL, 2000. p.95).

O debate quanto à raça não deve ser deixado de lado, principalmente quando se fala do Brasil, país no qual segundo dados do PNAD Contínua 2018, 46,5% da população se declara parda e 9,3% negra e que de acordo com os dados do atlas da violência 2018, que traz dados do Ministério da Saúde, divulgados pelo IPEA, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no país em 2016 eram pretas ou pardas. Os dados chegam a ser assustadores e deixam evidente que o tema deve ser melhor estudado e a academia deve procurar produzir novos trabalhos científicos abordando o contexto histórico e que tragam dados relevantes que consigam entrelaçar os assuntos gênero, raça e ciência, pois é notória a persistência na população do preconceito em relação à mulher e ao negro.

Além disso, esses estudos e debates devem ser levados para dentro das escolas, como sugeridos por Nogueira, Felipe e Teruya (2008) as quais discutem os conceitos de gênero,

raça e etnia para serem trabalhados na sala de aula em uma perspectiva da valorização das identidades dos múltiplos sujeitos que convivem no mesmo espaço da escola e que devem ter um posicionamento político, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente á alguns grupos sociais.

Gomes comenta que:

Quando aplicamos o conceito de beleza aos corpos, passamos por um processo muitas vezes rígido de classificação e hierarquização, e a aparência física passa a carregar significados ligados a atributos negativos ou positivos. Esse ideal de beleza, visto por alguns como universal é, na realidade, construído socialmente, num contexto histórico, cultural e político, e por isso mesmo pode ser ressignificado pelos sujeitos sociais. Esse é o papel da discussão sobre cultura negra na educação: ressignificar e construir representações positivas sobre o negro, sua história, sua cultura, sua corporeidade e sua estética. (GOMES, 2003. p. 81)

Outro aspecto que precisa ser destacado, principalmente entre educadores, nesse estudo é o papel e a importância do sistema de ensino na formação cultural de uma sociedade.

Os PCN falam que,

O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais (BRASIL, 1997. p. 137).

Por esta temática ter essa relevância sociocultural e política e levando em consideração a importância da escola em fornecer informações base que estimulam os alunos a conhecerem e respeitarem a diversidade sociocultural brasileira. Gomes (2003, p. 84) fala que “o educativo é eminentemente cultural e que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas. Não lidamos somente com processos cognitivos. Assim, cada vez mais descobrimos que a cognição é construída na cultura”.

A questão racial é importante em todas as áreas do conhecimento que possuem uma abundância na discussão sobre a cultura. O estudo dessa temática, o levantamento e análise de dados e a publicação destes na forma de artigos tem grande importância, pois, ajuda na divulgação de informações científicas que, com certeza, enriquecerão o debate do tema dentro e fora da academia, contribuindo na formação de uma nova consciência sociocultural, o que consequentemente diminuirá o tabu de que a área das ciências exatas, especialmente a matemática, está destinada aos homens, especialmente aos brancos, como também servirá de incentivo para que o público feminino negro venha participar desta área de conhecimento. Além disto, a divulgação das histórias de vidas de algumas dessas mulheres negras mostram para toda a população que essas também contribuíram e contribuem para avanços importantes da matemática.

Os estudos teóricos sobre mulheres e ciência são importantes e por mais que produzam discussões pertinentes para se pensar nas mulheres nos espaços em que é rejeitada é importante, dar corpo e delimitar as diferenças de raça e gênero. A seguir vamos apresentar a história de duas docentes, que se autodeclaram negras. Falaremos do contexto social atual, suas origens e condições econômicas vividas, suas trajetórias educacionais e acadêmicas, destacando-se como se deu a entrada destas docentes nas suas instituições de trabalho e os desafios encontrados no dia-a-dia e como se deu o enfrentamento racial.

#### MANUELA DA SILVA SOUZA

Em sua entrevista, a professora Manuela relata que nasceu em Salvador, sua mãe ex-empregada doméstica atualmente aposentada e seu pai pedreiro, ambos possuem o ensino fundamental incompleto e sempre lhe apoiaram em suas decisões acadêmicas. Atualmente na sua família tem outras pessoas graduadas e pós-graduadas mas ela foi a primeira a concluir um curso superior.

Cursou o ensino fundamental e médio em escola pública, no Colégio Estadual Raphael Serravalle em Salvador. Ela declarou que descobriu a área de conhecimento que queria seguir por influência de uma de suas professoras do ensino básico e o que a motivou a fazer pós-graduação foi o gosto pela pesquisa em matemática, iniciado ainda na graduação em projetos de iniciação científica. Durante este período ela sentiu algumas discriminações, “mas apenas nos últimos anos tenho consciência clara disso porque as discriminações eram em geral sutis, porém constantes.”.

Concluiu seu bacharelado em Matemática pela Universidade Federal da Bahia no ano de 2006. Manuela fala que sua turma era predominantemente masculina, possuindo pelo menos mais três mulheres negras além dela, porém não acredita que elas se “entendessem como negras”, e fala também que não se lembra de nenhuma professora negra que fez parte de sua vida acadêmica, Ela se lembra de várias professoras negras na escola básica, mas, na universidade não se recorda de nenhuma que se entendesse como negra. Quanto ao questionamento sobre as barreiras enfrentadas, Manuela diz que: “O ambiente acadêmico é difícil e solitário, principalmente quando se é uma mulher negra.”.

Concluiu o Mestrado em Matemática pela Universidade Federal da Bahia em 2009 e Doutorado em Matemática pela Universidade Federal de Campinas em 2013.

Foi aprovada, aos 28 anos de idade, no primeiro concurso que fez e o seu primeiro emprego é seu atual, professora da UFBA. Atualmente é coordenadora do Mestrado em

Matemática. Sua área de interesse é Álgebra, principalmente Teoria de identidades polinomiais. Em seu departamento existem 70 professores, dos quais 22 mulheres, destas cinco são negras. Ela relata que a experiência como professora universitária tem sido “boa, eu gosto. Me realiza”, apesar de perceber por partes dos alunos “discriminações sutis como, por exemplo, um ar de surpresa por eu ser professora, que tenha doutorado (e isso não se deve apenas a minha pouca idade)”.

Quando se trata de Mulheres Negras na Matemática, ela fala que atualmente conhece muitas mulheres negras nesta área e que estas possuem uma rede de articulação e contato e que são referência umas para as outras. Manuela fala que sentiu algumas discriminações e preconceitos por parte de alguns professores e amigos, mas, apenas nos últimos anos tem consciência clara disso, pois, ela fala que as discriminações eram em geral e sutis, porém constantes.

Em relação ao tema gênero e raça, ela percebe mudanças tímidas, mas importantes e conclui dizendo que estes temas são pautas que estão mais presentes na mídia, principalmente na internet. Quando questionada sobre alguma sugestão para dar maior visibilidade a essas questões de raça e gênero na sociedade, nas escolas e no meio acadêmico, sua resposta foi: “Ter mais mulheres negras em posições de poder”. Na resposta à pergunta: “O que a sociedade, o sistema educacional e os governantes poderiam fazer para aumentar a presença de mulheres negras na academia?” ela ressalta que se trata de uma pergunta difícil, mas sugere que são importantes ações em várias direções, inicialmente inserindo a história da cultura afro brasileira nos currículos escolares desde a infância, pois “pessoas negras precisam crescer acreditando na sua potência e na potência da história de seus antepassados”, e conclui que é “importante divulgar amplamente histórias de mulheres negras cientistas e acadêmicas. Onde você não enxerga, você não se imagina.”.

#### JOSEFA ITAILMA DA ROCHA

Nasceu em Serra do Mel, Rio Grande do Norte, sua mãe possui ensino superior completo e é professora e seu pai possui ensino médio completo e é agente de trânsito. Estes sempre lhe apoiaram em suas decisões acadêmicas. Em sua família existem outros graduados ou pós-graduados, como por exemplo: sua irmã que tem mestrado e faz doutorado, sua mãe, que tem graduação e alguns primos que têm cursos de graduação.

Em sua entrevista, a professora Itailma relata que cursou o ensino fundamental e médio em escolas públicas: Escola Estadual Antônio Fagundes e Escola Municipal Amadeu Araújo,

ambas em Natal no Rio Grande do Norte. Ela declarou que descobriu a área de conhecimento que queria seguir através de uma professora de matemática do seu ensino fundamental da qual gostava muito, ela fez com que Itailma se apaixonasse pela matemática influenciando-a a seguir na carreira de matemática. E foi através de sua mãe, que é professora, que o desejo de ser professora nasceu.

Concluiu sua graduação em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2009. Itailma fala que em sua turma não possuía nenhuma outra mulher negra e que em toda sua trajetória acadêmica desde a escola até a pós-graduação só se recorda de apenas uma docente negra. Motivada pela busca de mais conhecimento na área e de melhor oportunidade de emprego, concluiu seu mestrado em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande em 2011 e doutorado em Matemática pela USP em 2018. Itailma fala que enquanto fazia o doutorado na USP, em São Paulo, sentiu um pouco de preconceito dos seus colegas por ser nordestina.

É professora efetiva na Universidade Federal de Campina Grande. Começou trabalhar após passar no concurso público, em 2013, quando tinha 24 anos. Em seu departamento existem quatro mulheres em 35 professores e apenas ela é negra. Sua área de interesse é a pesquisa de ações parciais e álgebras não comutativas. Ela acha seu trabalho “Muito gratificante, como já falei, sempre quis ser professora, então esse trabalho para mim é a conquista dos meus objetivos para os quais eu trabalhei muito para conseguir”, diz que não sentiu no ambiente de sala aula nenhuma discriminação, pelo contrário “a maioria dos meus alunos expressam admiração e se sentem inspirados com a minha trajetória” e tem como maior obstáculo na carreira à tarefa difícil de conciliar as atividades de ensino com a pesquisa.

Ela relata que admira muito a professora Manuela da UFBA, falando que, “além de ser uma excelente matemática, ela está começando a ocupar cargos importantes na universidade onde trabalha e faz um trabalho muito legal na localização das mulheres negras dando visualização a essas mulheres”.

Em relação ao tema gênero e raça, ela fala que trabalhos com objetivos de dar visibilidade a este tema contribui para a mudança cultural, pois “mostrar para a sociedade as conquistas e o trabalho dos negro/negras do nosso país é fundamental para mudar a visão da sociedade”, logo após complementa falando que “os últimos eventos que participou essa temática estava sendo muito discutida” e depois dar sugestões para uma maior visibilidade a essas questões na sociedade, uma delas seria uma maior frequência de eventos para discussão de gênero no Brasil e outra é a implementação de projetos de extensão como os existentes na UFRN, para melhor discussão no âmbito das escolas.

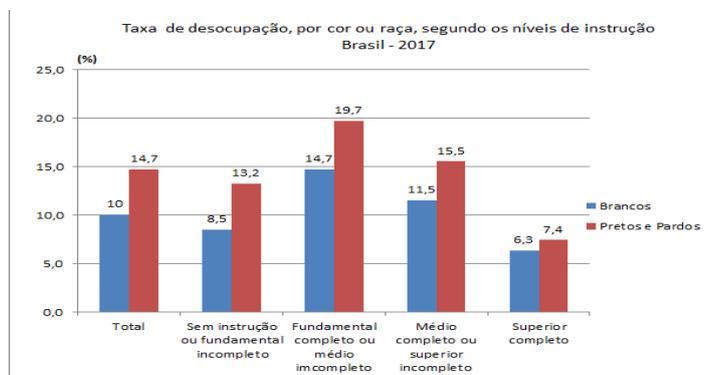
Concluimos, portanto que estas duas mulheres contrariam os requisitos defendidos pela sociedade que tem a falsa ideia de que a Matemática não é um campo para a introdução e avanços profissionais das mulheres, especialmente as negras. Elas superaram obstáculos, continuaram no curso, demonstrando a sua competência, prazer e atenção na procura de respostas para os fatos vivenciados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura de que as ciências, principalmente as exatas, são um campo de atuação masculino, tem mudado um pouco nos últimos anos. Pelo menos é o que indicam os dados estatísticos. Por exemplo, quando comparamos os dados fornecidos pelo INEP nos anos de 2006 e 2016, percebemos avanços significativos quanto à presença das mulheres no ensino superior. O número de mulheres matriculadas em curso de graduação presencial no Brasil em 2006 era de 2.605.611 (55,71%) e em 2016 esse número subiu para 4.603.846 (57,19%).

Apesar dessa maior qualificação, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, como mostra os dados do IBGE. Os números de 1996 revelam que apenas 28,5% da população economicamente ativa eram mulheres. Este número chegou a 44,8% em 2006 e a 46,6% em 2016. (IBGE, 1996). O que mostra que o gênero ainda é um fator, ainda que velado, que interfere no momento de adquirir um emprego. Outra amostra de dados, divulgada pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais 2018: Uma análise das condições de vida da população brasileira destaca a questão de cor e raça. Estes dados e conclusões mostradas a seguir revelam a existência de preconceitos com relação às pessoas que se autodeclararam negras.

Taxa de desocupação por cor ou raça segundo os níveis de instrução Brasil-2017



Fonte: IBGE

A análise do gráfico acima mostra que: “A taxa de desocupação é sempre maior para pretos e pardos, considerando os mesmos níveis de instruções” (IBGE, 2018. p. 13) e que

“Ter ensino superior é um fator que contribui para o acesso ao mercado de trabalho com mais intensidade para as pessoas pretas ou pardas, mas não são suficientes para colocá-las em igualdade as pessoas brancas” (IBGE, 2018. p. 13).

Falando especificamente sobre presença de mulheres como docente, temos duas realidades distintas. Segundo Vianna (2001, p. 92) “as mulheres são maioria na Educação Básica, porém exercem atividades bem definidas na carreira. A Educação Infantil arregimenta mais de 90% das educadoras, enquanto no Ensino Superior as mulheres ainda são uma minoria, em especial nas carreiras tidas como masculinas”. Os dados do INEP mostram que em 2006 elas eram 141.003, o que representava 44,5% dos docentes em cursos de graduação presencial no Brasil, já em 2016 esse número subiu para 181.127 o que corresponde a 45,6% dos docentes. Agora quando se analisa o aspecto de raça, Nogueira (2017, p. 1), esclarece que “das professoras e professores atuando no ensino superior, 83,9% são brancas (os), enquanto as professoras e professores negros (os) constituem 14% do total”.

Percebemos, através das informações aqui apresentadas, que o número de mulheres docentes nas universidades federais é inferior ao dos homens e que somente uma minoria delas se autodeclararam negras. Ao relatar as trajetórias de duas delas foi visto que estas tiveram de enfrentar várias barreiras no decorrer do caminho até se tornarem docentes, como por exemplo, dupla jornada, poucas condições financeiras, racismo institucional e também a existência do preconceito na da sociedade de que mulheres são inferiores aos homens no estudo da matemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na presença de mulheres negras na academia é querer novos olhares, novas opiniões, novas pesquisas, e novos sujeitos; é enfrentar desafios para se cogitar a igualdade na diversidade dos espaços acadêmicos. Uma das maneiras de se colaborar com essa inclusão é dar visibilidade às discriminações e exclusões, que reproduzem tão fortemente a postura da sociedade brasileira e que impossibilita a inserção social de grupos específicos. Essa visibilidade é necessária, pois estas questões são tradicionalmente ignoradas, difundindo-se a ideia de que não existe racismo no Brasil e que este problema é estritamente de classe, chegando-se a se dizer que as mulheres negras já conseguiram romper todas as barreiras existentes.

Ressaltamos que é imprescindível que continuemos a pesquisar e refletir sobre o que significa essa presença ou ausência de mulheres negras nas academias. E esperamos que as

informações e reflexões aqui apresentadas sejam capaz de contribuir com este debate, disponibilizando recursos que possam ser aproveitados pelos movimentos sociais, pesquisadores e educadores e gestores governamentais na concepção, criação e na execução de estratégias que mudem o cenário atual e que estas ações sejam mais efetivas que as tradicionalmente apresentadas. E por fim, que esse debate chegue às salas de aulas e consiga auxiliar no desenvolvimento de uma educação mais solidária e inclusiva, ajudando os alunos a compreenderem que a ciência, gênero e raça, não são territórios distintos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas. 2 ed. 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília MEC/SEF, 1997, p.126. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-3-temas-transversais-pluralidade-cultural.pdf>. Acesso em 14 de ago. 2019.

CALDWELL, K. Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revistas Estudos Feministas, vol. 8, nº 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>. Acesso em 28 de jun. de 2019.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. nº 23. p. 75-85, mai/ago de 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006). Acesso em 28 de maio de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas em Educação e trabalho, senso de 1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 jun. de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2018: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2018 Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf). Acesso em 15 de ago. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K.. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Revista Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya\\_01.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf). Acesso em 01 de ago. de 2019.

NOGUEIRA, A. M. R. **O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13th Women's Word Congress –

Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2017. Disponível em:

[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469299\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero2017.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469299_ARQUIVO_FazendoGenero2017.pdf). Acesso em 29 de jul. 2019.

OSORIO, R. G. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: um balanço das teorias. In.

THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf). Acesso em 29 de jul. 2019.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação**: um estudo sobre a presença de Mulheres negras nos cursos de mestrado da universidade Federal fluminense. Dissertação de Mestrado (Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. 2007. Disponível em:

<http://flacso.org.br/?publication=genero-raca-e-pos-graduacao-um-estudo-sobre-a-presenca-de-mulheres-negras-nos-cursos-de-mestrado-da-universidade-federal-fluminense>. Acesso em 28 de maio de 2019.

PRODAVOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo. 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. V. 6. n. 2. Porto Alegre. Faculdade de Educação - UFRGS. 1990.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em 28 de maio de 2019.

VIANNA, C. P.. **Sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu (17/18) p.81-103, 2001/02. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>. Acesso em 29 de jul. de 2019.

WAISELFISZ, J. J.. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. o Flacso Brasil: São Paulo, 2015. Disponível em:

[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em 29 de jul. 2019.